

## UMA MULHER PREFEITA: A ELEIÇÃO E O MANDATO DE IRACEMA NEVES – SÃO JOSÉ DO PEIXE-PI (1983-1988)

A WOMAN MAYOR: THE ELECTION AND MANDATE OF IRACEMA NEVES – SÃO JOSÉ DO PEIXE-PI (1983-1988)

Elzimária Pereira de Andrade<sup>1</sup>

Márcio Douglas de Carvalho e Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho enfoca a participação feminina na política brasileira, tendo como objetivo analisar a eleição e o mandato da prefeita Iracema Soares Neves Santos, na cidade de São José do Peixe-PI, entre os anos de 1983 a 1988. Uma das questões centrais é conhecer o caminho traçado pela ex-prefeita na época em que ela se candidatou e como se sobressaiu em um cargo que era exercido quase sempre por homens. Para a realização da pesquisa, utilizamos como metodologia a História Oral. Podemos considerar que, embora sua candidatura tenha sido vista com desconfiança por alguns, a gestão de Iracema Neves surpreendeu positivamente a maioria da população da cidade que ela governou.

**Palavras-chave:** Política; Mulher; Prefeita.

**Abstract:** The present work focuses on female participation in Brazilian politics, with the objective of analyzing the election and the mandate of Mayor Iracema Soares Neves Santos, in the city of São José do Peixe-PI, between the years 1983 to 1988. One of the central issues is to know the way outlined by the former mayor at the time she ran for office, and how she excelled in a position that was almost always held by men. To conduct the research, we used Oral History as a methodology. We can consider that, although his candidacy was viewed with suspicion by some, the management of Iracema Neves positively surprised the majority of the population of the city in which he ruled.

**Keywords:** Politics; Woman; Mayor.

<sup>1</sup> Licenciada em História - CEAD/UFPI

<sup>2</sup> Doutor em História Social-UFPA. Atualmente faz estágio de pós-doutoramento do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – UFPI

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o propósito de análise a trajetória feminina na política brasileira, com foco na cidade de São José do Peixe-PI, onde uma mulher ocupou o cargo do executivo municipal por quatro mandatos. O primeiro encargo de Iracema Soares Neves Santos, ocorreu entre os anos de 1983 a 1988, o segundo mandato estendeu-se de 1997 a 2000; o terceiro, no período de 2005 a 2008, e a quarta gestão entre os anos de 2009 a 2013, após ser reeleita, demonstrando a sua representatividade no cenário político local.

A participação da mulher na política brasileira é um marco significativo na história. A sua importante contribuição nas últimas décadas ocorreu através de movimentos sociais, com o desígnio na luta pela abertura democrática e por demandas sociais, como política salarial e melhorias nos serviços públicos. Assim, no ano de 1968, de acordo com Paola Giuliani (1997, p. 49), as mulheres participaram do “Movimento Nacional contra a Carestia; em 1970, do Movimento de Luta por Creches; em 1974, do Movimento Brasileiro pela Anistia; e em 1975, criaram os Grupos Feministas e Centros de Mulheres”. Esses movimentos possibilitaram o avanço nos debates que tentam superar desigualdades históricas que ainda delimitam espaços e formas de manifestação desse grupo social. As reivindicações pelos direitos feministas ajudaram as mulheres a conseguirem ocupar um espaço na sociedade, passando com isso, a ter voz ativa (LANDERDAHL e ROSO, 2013).

De acordo com Costa (1998), a mulher sempre teve limitações no meio político, e isso se tornou recorrente por causa dos olhares machistas atribuídos pela própria sociedade, além de apontarem que cargos políticos são somente direcionados para os homens, afetando a conquista da mulher no cenário público.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a eleição e a gestão da prefeita Iracema Soares Neves Santos, na cidade de São José do Peixe-PI, entre os anos de 1983 a 1988, correspondente ao seu primeiro mandato no município supracitado. Entre os objetivos específicos, verificar as dificuldades enfrentadas por Iracema Neves durante o seu percurso político, além de identificar as principais realizações da sua gestão.

A metodologia estabelecida para o desenvolvimento da investigação foi a História Oral, através da realização de entrevistas com a ex-prefeita, além da participação de integrantes da sociedade local, que acompanharam a eleição e a inserção da primeira mulher eleita no quadro político do município. Ao adotarmos essa metodologia por acreditar que ela “permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI, 2015, p. 155), pois possibilita que, ao acessarmos a memória desses sujeitos podemos compreender melhor a história, “as múltiplas formas de contá-la e as

estratégias culturais que inscrevem os relatos nas experiências dos atores sociais” (MONTENEGRO, 2016, p. 14).

## A MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA

A luta das mulheres pelos direitos de participação na política e igualdade é uma constante. Com o decorrer do tempo, o paradigma de que a mulher deveria restringir-se ao espaço privado foi sendo rompido, conseguindo a inserção nos recintos públicos e tendo alguns seus direitos validados (MIRANDA, 2019). Para Moreira (2009, p. 16), “a presença e mobilização das mulheres nas instâncias de representação do poder político, nos partidos políticos ou em entidades da sociedade civil, deve ser foco de fomentação da educação e participação política das mulheres”.

Em dezembro de 1922, foi realizado o primeiro “Congresso Feminista Brasileiro”. Nesse evento, estavam presentes importantes influências políticas, que diante da ampla divulgação da imprensa, colocaram em debate as reivindicações referentes às propostas de reformas eleitorais, ocorrendo várias tentativas para a inclusão feminina no pleito eleitoral, mas as investidas para mudar a realidade vigente na época não tiveram sucesso (VAZ, 2008).

Entre as mulheres pioneiras na conquista de espaço na política brasileira, têm destaque Luíza Alzira Soriano Teixeira, empossada no ano de 1929, como a primeira mulher prefeita do Brasil, no Estado do Rio Grande do Norte, na cidade de Lajes, eleita com 60% dos votos válidos (SCHUMACHER, 2000). A primeira parlamentar negra, Antonieta Barros, foi eleita em 1934, na Assembleia de Santa Catarina. A primeira mulher a ocupar um lugar no Senado Federal, foi Eunice Mafalda Berger Michiles, assumindo o cargo no ano de 1979. Entre os anos de 1982 e 1985, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi ocupado por Esther de Figueiredo Ferraz, a primeira mulher ministra. Na cidade de São Paulo, Luiza Erundina se tornou a primeira prefeita, eleita no ano 1989 (NOREMBERG, 2016).

A década de 1980 foi primordial para a organização, por todo o país, de movimentos de mulheres que conseguiram, não apenas espaço institucional no novo governo democrático, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, mas também, por meio de intensa ação política, o reconhecimento da plena cidadania das mulheres (GARCIA 2015). A Constituição de 1988 fortaleceu a conquista feminina no cenário político e social, entre outras coisas, impondo a obrigatoriedade na inserção das mesmas em concurso para o preenchimento de cargos no serviço público.

De acordo com Boselli (2019, p. 37), “no dia 15 de novembro de 1988, foram realizadas eleições diretas para o Executivo municipal, no qual 107 (cento e sete) mulheres foram eleitas prefeitas (...)”. Conforme Tabak (2002), as mulheres têm preferência em estarem se candidatando para cargos de âmbito municipal, fato que ocorre por ser um meio mais fácil de conciliar o exercício

do mandato com as outras responsabilidades da vida pessoal. “A representação feminina na Câmara Federal ficou abaixo de 2% até 1986. Na eleição para a Assembleia Constituinte de 1988, foram eleitas 26 mulheres (5,34% do total de deputados)” (SCHLOTTFELDT e COSTA, 2016, p. 107).

No ano de 1984 ocorreram as primeiras candidaturas a governos estaduais, sendo identificado um acréscimo considerável de candidaturas femininas aos cargos Executivos e Legislativos. É válido destacar, que Iolanda Lima Fleming (PTB) foi a primeira mulher a ser governadora no Brasil, no estado do Acre, quando o governador Nabor Júnior deixou o cargo em 1986, para disputar o Senado (ARAÚJO, 2001).

No ano de 1994, no Estado do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), foi a primeira governadora eleita do país. As primeiras mulheres a serem eleitas senadoras, foram Júnia Marise (PRN-MG) e Marluce Pinto (PTB-RR), em 1990 (COUTO, 2012).

Na década de 1990 foi estabelecida a Lei nº 9.504/97, conhecida como de Lei das Eleições, que expandiu o percentual mínimo de 30% para as candidaturas das mulheres nas eleições proporcionais em âmbito estadual e federal. A regra passou a mencionar os percentuais, impondo limites máximos e mínimos a cada sexo, não mais assegurando uma cota mínima para as mulheres, especificamente (BRASIL, 1997).

Em 2009 houve a alteração pela Lei nº 12.034, cuja redação passou a estabelecer que cada partido ou coligação deve preencher as porcentagens mínimas de 30% (trinta por cento) e máximas 70% (setenta por cento) de acordo com sexo do candidato (BRASIL, 2009). No ano de 2010, Dilma Rousseff foi eleita como primeira mulher Presidenta da República brasileira. Se por um lado as mulheres estão superando a barreira do preconceito, buscando participar mais efetivamente da vida política, por outro, a competição partidária está cada vez mais acirrada. Isso mostra que as mulheres com suas lutas ganharam espaço no cenário político. Mesmo que seja possível visualizar alguns avanços

a ideia de que a política não é assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos. Além disso, as mulheres tendem a depreciar a política, a valorizar o social e o informal, assim interiorizando as normas tradicionais. É, uma vez mais, todo o problema do consentimento que aí se coloca. Na história e no presente, a questão do poder está no centro das relações entre homens e mulheres (PERROT, 2006, p. 184).

## AS MULHERES NOS CARGOS POLÍTICOS NO PIAUÍ

O Piauí, onde nos primórdios da república ainda causava estranhamento a existência de mulheres que estudavam, foi também palco e público de uma gradual quebra de mentalidade acerca do papel da mulher, antes restrito ao ambiente doméstico (SILVA e MENDES 2018). Na década de 1980, as mulheres piauienses começavam a participar de partidos políticos que tinham como

prioridade questões femininas. Em Teresina, o jornal *O Dia* destacava alguns encontros feministas brasileiros, que tinham como objetivo discutir temas referentes às questões do universo feminino e as suas dificuldades na lenta e gradual entrada no espaço público (SOUSA, 2008).

No ano de 1937, no município de Castelo do Piauí, a primeira mulher piauiense adquiriu o seu título eleitoral; em 1955, foi eleita a primeira vereadora de Teresina, Maria Guadalupe Lopes de Lima, advogada e jornalista, natural de São João do Piauí. Em 1958, no município de Buriti dos Lopes, foi eleita a primeira prefeita piauiense, Zezita Cruz Sampaio, bem como mais cinco vereadoras em Beneditinos, Itainópolis, Landri Sales, Nazaré do Piauí e Paulistana, uma em cada município (SOUSA, 2008).

Já em 1964, surgiu um novo nome no cenário piauiense: Genu Moraes, filha de Eurípedes Clementino de Aguiar. Sua atuação na sociedade e na política piauiense foi intensa, pois ela “fugia” dos padrões impostos para as mulheres de sua época. Depois de casada, foi morar em São Luís-MA, lá conquistando o mandato de primeira vereadora, na década de 1960. Nesse contexto, foi eleita em 1970 a senhora a senhora Josefina Ferreira Costa, primeira Deputada estadual do Piauí, e segunda do Brasil, pela Aliança Renovadora Nacional, antiga Arena, cumprindo mandato no período de 1971 a 1974. Outro destaque é Myriam Nogueira Portella Nunes, a primeira mulher eleita para o Congresso Nacional como deputada federal, pelo Estado do Piauí, em 1986 (SOUSA, 2008).

No Piauí, o quadro que se apresentou na época em que Iracema Neves foi eleita prefeita, é de percentual parecido à média nacional. Quando considerada a participação das mulheres em cargos eletivos, os números revelam ainda mais a disparidade de gênero nesse ambiente. Segundo Sousa (2008, p. 41-42), o balanço da participação feminina mostrou que:

Na década de 1980, é marcada por saldo positivo de participação feminina nas eleições tivemos: 141 mulheres eleitas no Piauí, durante a presente década, sendo que 11 delas conquistaram o cargo de prefeito, 12 vice-prefeitas, 117 vereadoras e 1 deputada federal. Comparando com os resultados da década anterior tivemos um aumento de 17 que conquistaram seu espaço em cargos municipais. Podemos dizer com isso, que a década de 1980, em relação à presença feminina na política, foi lenta e gradual. Observamos que nas eleições municipais de 1982 tivemos 53 mulheres eleitas para os cargos de prefeito (6 mulheres), vice-prefeito (3 mulheres) e vereador (44 mulheres); em relação as próximas eleições municipais, as eleições de 1988, tivemos um aumento de mulheres eleitas, resultando em 87 eleitas, sendo distribuídos nos cargos de prefeito (5 mulheres), vice-prefeito (9 mulheres) e vereador (73 mulheres).

Nesse avanço gradual, o fato mais recente ocorreu em janeiro de 2015, quando assumiu o cargo de senadora, Maria Regina Sousa, em substituição a Wellington Dias, eleito governador, em 2014 (PEREIRA, 2018). Em 2022, Regina Sousa, então vice-governadora, assumiu o cargo de governadora do Estado do Piauí.

## A CANDIDATURA, A ELEIÇÃO E A GESTÃO DE IRACEMA NEVES

Iracema Soares Neves Santos, primeira mulher eleita prefeita do município de São José do Peixe, no Estado do Piauí, iniciando o seu mandando no ano de 1983, nasceu no dia 09 de março de 1947, na fazenda Campo Sales, pertencente ao município citado.

Filha de Ireno Martins das Neves e Teresa Soares Neves, casou-se com Luiz Reis Santos, em 1973. Iniciou seus estudos em São José do Peixe e, em 1959 mudou-se para a cidade de Oeiras, onde cursou o 5º ano do curso primário, no Patronato Nossa Senhora de Fátima, da congregação Filhos de Santa Teresa. Logo após, fez curso ginásial no Ginásio Municipal Oeirense; em seguida, estudou o curso pedagógico da Escola Normal Oficial de Oeiras, retornando em 1968 para sua cidade natal como diretora e professora da Unidade Escolar Dom Raimundo de Castro e Silva. Após 16 anos, tornou-se diretora, professora e fundadora da Unidade Escolar Martinho de Sousa Mendes a CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade), na cidade de São José do Peixe.

Seguindo o exemplo de seu pai, Ireno Martins das Neves, que era político, foi eleita em 1982, tomando posse em 1983 como prefeita da cidade de São José do Peixe, assumindo o cargo por seis anos. Teve como vice o Dr. Cristóvão Dias de Oliveira, que após o período de mandato, elegeu-se sucessor da prefeita.

Em entrevista realizada com Iracema Neves, pode-se entender de forma mais clara como ocorreu a sua inserção na vida política:

Vim de uma família política e quando eu terminei o curso pedagógico, retornei a São José do Peixe na condição de professora e, na condição de professora, convivia com a comunidade, com a família, com o povo e como diretora de escola. Em 1982, fui convidada pela ala política adversária da minha família para ser candidata a prefeita de São José do Peixe; meu pai já havia sido prefeito de São José do Peixe e, assim sendo, após relutar muito eu resolvi ser candidata contra tudo e contra todos! Com muita dificuldade, mas consegui ser a candidata apoiada pelo prefeito da época, Pedro Correia Freire, e pela sua ala política, destacando: Celecino Neres da Costa, Manoel Francisco de Lima, e tantos outros que me convidaram para ser candidata, em vista de ser professora e trabalhar com a comunidade (NEVES, 2020).

Percebe-se que Iracema Neves era uma figura pública pelo vínculo que possuía com a sociedade como professora e diretora de uma unidade escolar, e por já fazer parte de uma família que tinha representatividade na política local. Podemos observar que os fatos citados foram fatores que ajudaram a ex-prefeita a ser reconhecida e a conseguir entrar no processo de disputa nas eleições, um espaço que na época era restrito aos homens.

Quando Iracema Neves apontou como candidata, crescia o número de mulheres na política, pois, conforme Reis (2011, p. 80) “na década de 80, questões feministas e as questões que se referiam às relações de gênero, ganham terreno quando se consolida o processo de “abertura” política no país,

o que conduziu a diversificação e ampliação das formas de participação política da mulher”. Em relação à filiação partidária, Iracema Neves fez o seguinte esclarecimento:

Até antes eu não era vinculada a partido político nenhum. Me filiei no PDS, era um antigo partido que tinha o PDS e o PDS Arena, eu no caso eu era filiada ao PDS. Disputei com outro candidato, que foi o senhor Celso de Sousa Mendes, em uma sublegenda do PDS; na convenção ele foi escolhido como PDS 1 e eu fui escolhida como PDS 2, que era o partido do prefeito da época. Quem me apoiou foi o prefeito da época, Pedro Correia Freire e pela sua ala política (...). Tinha legenda e sublegenda. Um partido só poderia apresentar dois candidatos, ou seja, ficando na legenda o candidato mais votado e o menos votado na convenção, na sublegenda. O que aconteceu foi que o grupo político opositor a nós ficou no PDS 1 e eu na sublegenda do PDS 2, tornado assim o PDS 1 com o número 15 e o PDS 2 com o número 16, foi este com que disputei a minha primeira eleição (NEVES, 2020).

Como apresentado acima, quando ela foi se tornar candidata, passou por uma convenção onde seria decidido a qual partido seria vinculada. É nas convenções que ocorre a escolha dos candidatos que entraram nas disputas eleitorais, havendo uma diversidade de obstáculos a serem enfrentados por qualquer concorrente. Iracema Neves cita que relutou para entrar na política, pois é um processo delicado em que é necessário enfrentar desafios para chegar na conquista do cargo desejado, e para uma mulher os obstáculos eram maiores. Conseguindo superar essa primeira barreira, após um processo de votação, a candidata ficou dentro do grupo partidário PDS 2. Nessa eleição, concorreram

dois grupos políticos, composto por Casimiro Carvalho, Celso Mendes, Pedro Mendes, Ladimir Mendes dentre outros. E nosso grupo político era do senhor Joaquim Ribeiro Gonçalves, ex-prefeito de São José do Peixe, Pedro Correia Freire, Celcino Neres da Costa, Manoel Francisco entre tantos outros (NEVES, 2020).

Podemos observar que ambos os grupos políticos eram formados majoritariamente por homens, com destaque para Iracema Neves, por ser a única mulher candidata. Conforme os dados registrados no TRE-PI (Tribunal Regional Eleitoral do Piauí), na eleição do ano de 1982, Iracema Neves obteve 641 votos, e o seu adversário, Celso Mendes, 549, elegendo-se ela com 92 votos de maioria. É válido ressaltar que nesse período, o atual município de São Miguel do Fidalgo fazia parte do município de São José do Peixe, e devido às dificuldades de deslocamento, muitas pessoas não conseguiram votar, além do grande o número de analfabetos, reduzindo assim, o quantitativo de eleitores. Nesse mesmo ano, muitas mulheres concorreram nas eleições municipais no Brasil. De acordo com a confederação Nacional de Municípios CNM (2019), nas eleições em 1982, realizadas em 15 de novembro daquele ano, foram eleitas 60 mulheres como prefeitas, dentre elas estava inclusa a ex-prefeita Iracema Soares Neves Santos.

Para conseguir disputar uma eleição, muitos políticos precisam de recursos financeiros, em relação a esse aspecto, nossa entrevistada afirmou que:

Eu era professora e diretora de uma escola, então o recurso financeiro era bem pequeno, mais tive ajuda e apoio de Celecino e do doutor Carlos Tenório, um alagoano que tinha um projeto da SUDENE aqui em São José. Me deram um apoio muito grande, minha própria família, todo mundo me ajudou. Mais financeiramente eu não tinha nada, nem transporte para visitar as comunidades, me dispunha apenas de uma camionete Picape de propriedade de meu pai, que nessa época já havia falecido (NEVES, 2020).

Na fala, Iracema Neves revela que financeiramente tinha poucos recursos para se envolver em uma disputa política, mas pela insistência de seus apoiadores, adquiriu coragem para concorrer ao cargo de prefeita municipal, recebendo apoio de sua família e de pessoas influentes na época.

Para a escrita deste tópico, o estudo contou com a participação de pessoas que presenciaram a eleição e o mandato da Iracema Neves, dentre eles estão: João Pereira da Silva, que atuou como delegado em São José do Peixe, e em 1982 entrou na política e foi eleito vereador, passando seis anos no mandato; Manoel Francisco de Lima, conhecido pela população com Manelin de Júlia. Hoje (2021) com 76 anos, conseguiu ingressar na política, sendo eleito quatro vezes como vereador da cidade, um desses mandatos alcançados na eleição de 1982. Além deles, entrevistamos também Manoel de Sousa Mendes Neto, conhecido Manoel da Ladeira. Hoje (2021) com 57 anos, na época era funcionário contratado por Iracema Neves, exercendo a profissão de técnico de enfermagem. Manoel Mendes resolveu ingressar na política e foi eleito por 4 mandatos, sendo três vezes presidente da câmara de vereadores da Casa (Ireno Martins das Neves) do referido município.

Em meio à repercussão da eleição de Iracema Neves, os entrevistados narraram algumas reações da população naquele ano:

Foi uma surpresa para a cidade de São José, pois ainda não havia mulher disputando política, e quando Iracema se manifestou propondo a ser candidata, foi uma surpresa para muita gente, inclusive era criticada, por exemplo: “mulher, mulher, mulher não é para ser prefeita, só quem deve ser prefeito são os homens”. Foi uma surpresa, inclusive até ela mesma nunca imaginou que iria ser acolhida para ser candidata, até porque era uma coisa de primeira vez na vida, tanto dela como no município, nunca houve mulher candidata a prefeita nessa região, foi uma surpresa para muita gente, com foi para ela ganhar com uma maioria monstruosa, porque gerou uma expectativa e uma administração diferente, tudo isso somou que deu um resultado altamente positivo para ela (SILVA, 2020).

Na fala de outro entrevistado, a vitória de Iracema Neves pode ser explicada da seguinte forma:

O povo queria mudança, e o povo não queria votar do outro lado, apesar de que o senhor Celso trabalhou muito, mas o povo queria uma mulher no poder. Ela tinha a facilidade de conseguir o voto por que era mulher e Celecino fez a diferença. Celso Mendes esperava que no Tamboril ele não iria ganhar; ele mesmo dizia que no Tamboril, Iracema iria tirar mais de 100 votos de maioria, por causa de Pedro Correia, e foi onde houve mesmo, mas por outro lado ele dizia que ia ganhar, porque São Miguel Fidalgo e aqui São José, ele iria ter a maioria do voto e cobriria os 100, mas Celecino trabalhou muito e eu via o movimento do senhor Celecino com o povo,

e muitas pessoas diziam assim: “que Iracema não ganhava!”. Eu falava: “rapaz Celecino ali está bancando tudo com Iracema, eles vão ganhar a eleição (MENDES NETO, 2020).

Conforme os relatos dos entrevistados, a cidade ficou surpresa e vibrante com o fato, que conquistou a admiração de muitos na época. Segundo o senhor João Pereira da Silva, as pessoas ficaram admiradas por uma mulher ter conseguido ingressar no cargo político. É visível que um conjunto de fatores contribuiu para a vitória de Iracema Neves, entre eles o desejo de mudança na política municipal da referida cidade, e os fortes apoiadores e influenciadores que a candidata teve. Essa conquista encorajou mais ainda Iracema a “tomar gosto” pelo cargo, e o fato dela ganhar com uma boa maioria, incentivou a lutar cada vez mais lutar pelo seu ideal político.

Em relação à gestão de Iracema Neves, os articuladores políticos da época relataram o seguinte:

A comunidade de São José teve uma surpresa, e isso foi para todos que faziam parte do município de São José. Ela surpreendeu muita gente que não acreditava nas ações da mulher! Ela surpreendeu muita gente! Tinha gente que pensava que ela não conseguiria fazer o que ela fez (SILVA, 2020).

A fala de Manoel de Sousa Mendes Neto, também imprime o tom de admiração com os resultados da gestão da prefeita, denotando que os seus atos eram inesperados pela população, que viu suas ações de maneira positiva:

Eu penso que durante esses anos que ela foi prefeita, ela surpreendeu a população de São José do Peixe. (...) O compromisso que ela tinha com o povo ela cumpria e tinha um lema que era voltado para a educação, preocupada com o futuro de formar os seus conterrâneos (...). Então, sua administração era voltada para a educação, saúde, agricultura, os idosos, o esporte e o lazer. E eu digo aqui para você, em São José do Peixe, eu nunca vi um prefeito que mais construiu obras com recurso próprio do município e esse prefeito foi ela, assim juntando o recurso próprio com os convênios, as melhores obras que foram feitas aqui em São José do Peixe e com recurso próprio foi ela que fez! Surpreendeu! (MENDES NETO, 2020).

Manoel Lima cita o preconceito que Iracema Neves teve que enfrentar por ser mulher, e o contexto político nacional da época em que ela se candidatou e foi eleita:

Olha, o problema é um: através do preconceito ela foi um baluarte! Bem na época da ditadura tudo era difícil, mas a prefeita fez o melhor trabalho que podia ser como mulher. Como eu falei, tinha um preconceito grande. Quando se lançou como candidata foi um desastre, porque ninguém achava que servia, mas ela foi um baluarte, o governo dela foi o melhor que se deu aqui em São José do Peixe, não tenho menor dúvida, acompanhei de perto até o derradeiro momento (LIMA, 2020).

Percebe-se nos relatos que a ex-prefeita mostrou que possuía habilidades políticas para governar; o fato de ser mulher não a impediu de trabalhar pela cidade, realizando obras no município. Seus feitos estão registrados e sua habilidade para governar é comprovada com os mandatos que ela exerceu no município e com as reeleições. O modo de gerir a sua administração positivamente na

visão da população do município, teve como consequência uma maior valorização da mulher na sociedade local. Na fala de um entrevistado: “ela enalteceu tanto o município quanto a mulher. Muitas vezes o machismo falava mais alto, (...) mas eu vejo que ela correspondeu às expectativas de muita gente, ela fez um papel de uma mulher corajosa que muitas vezes homens não tinham a coragem que ela teve!” (SILVA, 2020).

Levando muitos projetos que valorizavam o homem do campo e os mais desfavorecidos, o município de São José do Peixe foi bem representado pela figura feminina de Iracema Neves. Com suas ações, a cidade passou por um relativo desenvolvimento, destacando-se como uma mulher solidária, que abraçava os projetos para o desenvolvimento da cidade e que lutava pelos ideais do povo. Entre as obras realizadas pela ex-prefeita estão: o hospital do município, calçamentos de ruas na zona urbana e rural, escolas, praças, poços tubulares, chafarizes, postos de saúde, quadras de esporte, atendimento de saúde na zona rural e valorização dos professores, quase sempre executados com recursos próprios. Na fala de Manoel de Sousa Mendes Neto,

prefeito que fez mais obra com recurso próprio pode até aparecer, mas um aqui eu acho difícil, porque hoje os recursos estão muito escassos por causa de muitas despesas, e cada mandato gera mais despesas e o dinheiro é curto, por exemplo, uma coisa que gostei dela, foram os professores sendo preparados, coisa que ninguém em São José do Peixe viu, ficaram admirados, questionando se os professores viraram alunos, isso era uma preparação para transmitir melhor o conhecimento para os alunos. (MENDES NETO, 2020).

A valorização da educação parece ter sido uma das marcas da gestão da prefeita piauiense, segundo destacou Manoel Lima,

(...) ela era muito ligada a educação. Nesse mandato dela construiu 18 escolas, entre a cidade e o interior. O município de São Miguel (*atual São Miguel do Fidalgo, na época pertencente a São José do Peixe*) recebeu bastante escolas. Recebeu uma creche, recebeu algumas escolas no interior, que até hoje as escolas ainda são as mesmas que ela construiu; nenhum prefeito que entrou em São Miguel se preocupou em fazer uma escola, porque ela teve o cuidado de deixar todas as escolas funcionando (...) (LIMA, 2020, *grifo nosso*).

As ações realizadas por Iracema Neves, fazem com que a sociedade reconheça que as mulheres são capazes de tomar frente de um pleito político; isso é perceptível nas falas dos entrevistados que presenciaram as realizações no primeiro mandato da prefeita. Como professora, ela se preocupou com a educação da população, com parte dos seus esforços voltados para a construção de escolas.

Destacadas algumas das realizações na gestão analisada, buscamos conhecer as dificuldades encontradas por Iracema Neves para conduzir o seu mandato. Segundo ela,

Pelo fato de ser mulher, eu encontrei desafios para ser candidata e conseguir ser eleita para governar. Eu fui a primeira mulher prefeita na região, ninguém havia ainda disputado algum cargo eletivo. Eu encontrei dificuldade inerente ao cargo,

encontrei uma prefeitura praticamente organizada, e com certeza eu tive o apoio naquela época! Inclusive foi o mandato que tive o apoio e ligação do governo do Estado, apoio do governador Hugo Napoleão. Foi difícil sim, porque para governar é difícil, mais pelo fato de ser mulher não encontrei dificuldade, porque penso que o importante não é você ser homem ou mulher, pode se ter determinação e governar com responsabilidade. Isso é o que é importante, encontrei desafios para ser candidata e para mostrar que a mulher era capaz. Mas graças a Deus eu soube fazer isso e conduzir a administração com muita tranquilidade (NEVES, 2020).

Pela fala, os principais obstáculos estavam relacionados à sua apresentação como candidata no cenário político local, mas ao longo da sua gestão as dificuldades surgidas foram inerentes à função que desempenhava, e não por ser mulher; Cunha e Spanhol (2014) ressaltam que as mulheres, quando exercem seus cargos, trazem consigo um novo dinamismo às organizações públicas. Entende-se que estudar sobre as mulheres exercendo cargos eletivos em diferentes esferas públicas, se configura como algo desafiador e necessário para a compreensão do próprio papel social que a mulher desempenha na atualidade, já que ainda é possível verificar traços de uma sociedade em que as mulheres lutam para conquistar seus espaços, suas posições e reconhecimento, tanto na esfera pública como privada (SILVA e MENDES 2018).

Nos seus relatos, Iracema Neves abordou como a sociedade patriarcal reagiu a sua eleição, dizendo que:

Ah! Muito complicado uma moça, uma mulher, uma menina jovem, uma pessoa que não veio de berço de ouro, uma pessoa que não tinha dinheiro! “Essa menina não sabe nem governar, o que foi que ela foi na vida?”. Era o que eles diziam. Era na vida uma professora e uma diretora de escola, entretanto, a menina mostrou que realmente veio para mudar a história de São José do Peixe, a menina que eles chamavam. Foi muito difícil, mas depois tiveram que aceitar; a vontade do povo ninguém discute (NEVES, 2020).

A ex-prefeita menciona que foi alvo dos questionamentos da sociedade e das falácias de seus opositores que acreditavam que ela não teria capacidade para governar. Além de ser mulher, ela aborda que não tinha poder aquisitivo para concorrer ao cargo, pois não possuía condições para investir na jornada árdua da eleição. Entretanto, Iracema Neves mostrou que a concepção daqueles que faziam afirmativas negativas contra a figura feminina estava equivocada, pois demonstrou que a mulher tem capacidade de assumir cargos políticos e governar construindo novos caminhos dentro da história de um país, estado e município.

Segundo Matos (2015, p. 28) “o patriarcado está nas mentalidades e sensibilidades do eleitorado conservador (homens e mulheres) que julga, além disso, que as mulheres não estão capacitadas para exercer o poder no país (que não diz isso nas pesquisas, mas – grita nas redes sociais e nas ruas)”. Conforme Temóteo (2013), a ideia implantada na sociedade a respeito do preconceito é um dos principais motivos que atrapalha o poder da mulher nos cargos e na sociedade. Outra

problemática é que alguns homens abordam que ficam constrangidos quando são liderados por mulheres. Na gestão de Iracema Neves, o grupo político local, no ano de 1983, era formado pelo “ex-prefeito Pedro Correia Freire, Celecino Neres da Costa, Manoel Francisco de Lima, João Pereira da Silva, Francisco Juraci Lima, Cristóvão Dias de Oliveira, que era meu vice-prefeito, dentre muitos outros” (NEVES, 2020). Já na composição da sua equipe gestora “existia homens e existia mulheres (...). O órgão municipal de educação que correspondia a secretaria de educação, era uma mulher, Maria Julia Veloso de Oliveira, e em outros cargos que exerciam funções tinham homens e mulheres também” (NEVES, 2020).

Quanto à autonomia administrativa, a entrevistada relatou que não sofreu interferências de terceiros: “eu tomava minhas decisões em acordo com o meu grupo político e vendo o bem-estar de toda a comunidade, mais ninguém nunca (...) influenciou nas minhas ações (...). Eu era a administradora, ouvia a comunidade, ouvia meu grupo político e tomava (...) as minhas decisões” (NEVES, 2020).

É inegável que em várias partes do planeta as mulheres continuam marginalizadas na esfera política e em outros segmentos sociais. Vários fatores contribuem para essa realidade desigual; às vezes a baixa participação vem de leis discriminatórias e da falta de acesso das mulheres à educação e de práticas culturais que reproduzem estereótipos bem limitadores sobre o gênero. Não é fácil para uma mulher chegar a um cargo de liderança, e uma vez que ela chega, quase sempre é vítima de julgamentos e desconfianças. Iracema Neves continua atuando na vida política, atualmente (2021) exercendo a função de vice-prefeita de São José do Peixe.

## CONSIDERAÇÕES

O presente estudo teve como finalidade analisar a presença de Iracema Neves no cenário político de uma cidade piauiense, na década de 1980. Foi constatado que o percurso traçado pela figura política analisada foi de grande desafio, evidenciando-se que o preconceito estava presente quando ela foi apresentada como candidata, pois muitos duvidavam do potencial que uma mulher teria para administrar uma cidade.

Diante das adversidades na participação da mulher no meio político, o preconceito tem o poder de causar impactos significativos, pois pode interferir ativamente em campanhas eleitorais, e principalmente no seu emocional. A mulher precisa lidar com várias dimensões desse problema no parlamento, fazendo debates públicos sobre a importância da representatividade das mulheres e criando políticas públicas. A educação também é uma arma importante nesse processo. Com isso, fica evidente a necessidade de estratégias específicas para a mudança do atual quadro. Desse modo,

este estudo abre uma janela para que outros continuem o trabalho aqui iniciado, servindo de inspiração para novas pesquisas dentro desta temática, e assim, também contribuindo para a

reavaliação do poder das mulheres em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, *procurando* mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua cultura e a existência de seus poderes (PERROT, 2006, p. 169-70, *grifo nosso*).

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes Orais: História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2015.
- ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Rev. Estud. Fem.* vol.9 no. 1 Florianópolis 2001.
- BOSELLI, Giane. Confederação Nacional de Municípios – CNM. *Mulheres Prefeitas: 90 anos de liderança feminina na gestão municipal*. – Brasília: CNM, 2019.
- BRASIL. *Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Estabelece normas para as eleições, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm). Acesso: 21 mar. 2021.
- BRASIL. *Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009*. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm). Acesso: 21 mar. 2021
- COUTO, Priscilla Alves Juvino; *Mulheres e política: percepção e atuação política das vereadoras de Campos dos Goytacazes*. 122fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, – Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.
- COSTA, Alice Alcântara. *As donas no poder. Mulher e política na Bahia*. - Salvador: NEIM/UFBA- Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.
- CUNHA, Ana Cristina Cassani e SPANHOL, Carmem I. D’Agostini. Liderança feminina: características e importância à identidade da mulher. *Saber Humano* - Ano 4, número 5 - 2014.
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve histórico do Movimento feminista no Brasil*. 2015. Disponível em: <http://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2015/08/Capitulo-brasil-historia-do-feminismo.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2020.
- GIULIANI, Paola C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: Del Priore, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

- LANDERDAHL, Maria Celeste; ROSO, Adriane. *Gestão de políticas públicas em gênero e raça: a transversalidade em curso*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.
- MATOS, M. Democracia, sistema político brasileiro e a exclusão das mulheres: a urgência em aprofundar estratégias de descolonização e despatriarcalização do Estado. *Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015.
- MIRANDA, Mariana Araújo. Participação das mulheres na política: A busca pela concretização da igualdade de gêneros como instrumento da efetivação da democracia. *Revista âmbito jurídico*. São Paulo, 2019.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2016.
- MOREIRA, Lourdes Carmo. *As mulheres nos espaços de decisão política*. Niterói: 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/publicacoes>. Acesso em 10 de julho de 2020.
- NOREMBERG, Alessandra; ANTONELLO, Isabelle Pinto. A trajetória feminina na política brasileira. *Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, 2016.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. *A participação da mulher na política no Piauí*. Teresina: Fundação CEPRO, 2018.
- REIS, Daswanny Araújo dos. *Por um novo cenário: a mulher na política partidária*. 129fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Amazonas, 2011.
- SCHLOTTFELDT, Shana; COSTA, Alexandre Araújo, Em Busca Do Poder: A Evolução da Participação Política da Mulher na Câmara dos Deputados Brasileira, *E-legis*, Brasília, n. 21, p. 100-126, set./dez. 2016
- SCHUMAHER, Maria Aparecida. *Dicionário mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade - Biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SILVA, Erika Ruth Melo; MENDES, Algemira de Macedo. O lugar da autoria feminina piauiense e o construto na história da literatura: algumas considerações. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, v. 4, n. especial, 2018.
- SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A política de salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 a 1998*. 2008. 117 fls. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI.
- TABAK, Fanny. *O laboratório de Pandora*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TEMÓTEO, Antônio. *Machismo e preconceito atrapalham mulheres dentro de empresas*. Correio Braziliense: 2013. Disponível em <https://www.geledes.org.br/machismo-e-preconceito-atrapalham-mulheres-dentro-de-empresas-diz-pesquisa/>. Acesso em 24 de janeiro de 2021.

VAZ, Gislene de Almeida. *A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas*. 65fls. Monografia (especialização) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Processo Legislativo, 2008